O ALAMBAMENTO NOS DIREITOS AFRICANOS

- Um estudo do alambamento, apresentado no Auditório da Rádio Nacional de Angola, no Lubango, por MOISÉS MBAMBI (1) -.

PARTE – I

Uma Portaria do então Governo-Geral da Colónia de Angola, de 22 de Dezembro de 1948, caracteriza o **alambamento como a prova do casamento** (2). Mas o instituto jus-consuetudinário do alambamento não é bem isso. Poderá ser, quando muito, mera prova presuntiva do casamento africano porque tem havido **pagamentos de alambamento que não resultaram em nenhum casamento**. O regime colonialista português, contrariamente ao regime colonialista francês, não combatia o alambamento. Olhava-o de soslaio e deixava-o sob o regime das autoridades tradicionais quando suscitasse conflitos.

O padre FRANCISCO VALENTE, depois de ter estudado o alambamento, no Huambo e arredores, até onde pôde fazê-lo, condenou-o no seu livro, escrito sobre a matéria, como um costume vexatório da dignidade da mulher africana e que, por isso, deve ser abolido (3). Entretanto, um país onde o alambamento mereceu grandes **debates** são os **Camarões**, onde foi igualmente considerado como **prática** anacrónica e **indigna do homem nos tempos modernos**. FRANCISCO VALENTE cita algumas acções havidas naquele país, no tempo colonial, da parte de religiosos e, depois, da parte do governo colonialista francês, para abolir o alambamento através de sanções contra os seus praticantes. Mas tais **sanções anti-alambamentistas** não surtiram o efeito desejado, pelo que o governo colonialista francês teve que as revogar e tratar de repensar outro método que fosse eficaz, o qual nunca chegou a concretizar-se porque sobreveio a independência daquela colónia francesa (4). Com a independência, retomaram-se os esforços, no novo país independente, para a abolição do alambamento, e, segundo FRANCISCO VALENTE, nada se conseguiu.

Vimos atrás que os teóricos do regime colonial português consideravam o alambamento como sendo a prova do casamento, quando na verdade não passa de mera prova presuntiva como já o dissemos.

Mas afinal de contas, o que é, em substância, o alambamento?

O alambamento é o dinheiro que aquele que pretende uma rapariga para casar dá aos pais dela juntamente com alguns outros bens, como um boi, um porco, um pano ou um fato, e algumas bebidas.

FRANCISCO VALENTE informa-nos que dois terços dos países da África praticam o alambamento, acrescentando que também se verifica na Ásia. Note-se que os hebreus - um povo prodigioso, cujas normas religiosas abalaram o mundo, e que manteve contactos notórios com o seu Deus, que é espiritual - praticaram o *alambamento* desde tempos imemoriais (pois já era conhecido no tempo de Abraão), sob a designação de “*mahar*” que os hermeneutas europeus erradamente traduziram por “*dote*”, quando, na verdade, o dote significa algo bem diverso do mahar.

1 _ MBAMBI, MOISÉS _ Prof. Auxil. de Direito, na Universidade Agostinho Neto, e Advogado, no Lubango : Mestre em Ciências Histórico-Jurídicas pela Universidade de Lisboa, 2009(?).

2 _ Portaria nº 6:546, de 22 de Dezembro de 1948, do Governo-Geral da Colónia de Angola, sobre poligamia.

3 _ VALENTE, FRANCISCO, A problemática do matrimónio tribal,...Lisboa, pp. 7 e sgs.

4 _ IDEM, *ibidem*.

PARTE – II

De um lado, está o instituto jus-matrimonial do mahar hebraico, que não é outra coisa senão o **alambamento dos angolanos**, e, do outro lado, está o dote, praticado no Ocidente.

Qual é a diferença existente entre os dois institutos?

O **mahar**, ou o alambamento é o dinheiro dado pelo pretendente de noiva aos pais desta. Entre os hebreus, cifrava-se em 50 siclos de prata; entre os angolanos é variável, conforme a região, mas o valor médio do alambamento cifra-se em 100 dólares norte-americanos.

O **dote** dos ocidentais são os bens económicos que os pais da noiva lhe dão para a ajudar a ter alguma suficiência económica no seu novo lar. Por isso, os exegetas europeus, que traduziram a Bíblia Sagrada do hebraico para as línguas ocidentais, deverão retirar da sua Bíblia a palavra dote e substituí-la pela mesma palavra hebraica mahar, ou, então, imitar os angolanos, que chamam ao mahar alambamento.

O instituto jus-matrimonial do mahar (ou alambamento) tem uma natureza jurídica bem diversa da do dote ocidental. O mahar é juridicamente o alambamento dos angolanos e jamais o dote (5).

E como se formou a palavra alambamento entre os angolanos?

Alambamento é um neologismo que os angolanos criaram para preencher a lacuna verificada na língua portuguesa para designar *ovilombo* (pedido de casamento) em umbundu; ovilombo vem do verbo umbundu **okulomba** (pedir). Há quem refira ainda que alambamento vem da palavra umbundu **okulemba** (alegrar para consolar), por isso alguns pronunciam “**alembamento**” em vez de alambamento: porque a retirada da filha para o seu novo lar pode causar alguma tristeza aos pais, e há que consolá-los (com um presente!) - explicam, assim, alguns filólogos a etimologia da palavra alambamento. Mas, acima de tudo, o alambamento é visto pelos africanos como um prémio à noiva pelo seu bom comportamento pessoal e pelo de seus pais que a criaram, porque não é muito fácil educar uma filha em virtudes, dadas as muitas tentações na vida que a espreitam. O bom comportamento dela pressupõe o bom comportamento dos seus pais, pelo que todos devem ser premiados: a filha e os seus pais! Esse prémio é que é exactíssimamente o alambamento!

Vejamos que o dote dos ocidentais tem por finalidade ajudar a filha que se casa a ter uma auto-suficiência económica no seu novo lar. Mas no mahar (ou no alambamento), a finalidade é premiar!

Também, pois, quanto aos fins visados, vemos que estes divergem: o propósito do dote não é o mesmo que o do mahar (alambamento). Até na sua teleologia, o mahar (alambamento) e o dote divergem. Não podem, pois, ser a mesma coisa, como a fizeram, erradamente, é claro, os ocidentais (6).

Por outro lado, da leitura da Bíblia Sagrada, verificamos que o mahar (alambamento) é um instituto jurídico-matrimonial teocrático pois foi ordenado e reconfirmado pelo Deus dos hebreus (o mesmo Deus dos cristãos) como norma a observar nos casamentos hebraicos (7). Cremos, por isso, que a sua vigência entre os africanos se deve à vizinhança da África, pela sua fronteira nordeste, com

a pátria dos hebreus, a Palestina. Por isso, muitos africanos acreditam, e não sem razão, que o alambamento dos angolanos, e outros africanos, tem uma origem sagrada e é, por isso, que resiste a todas as intempéries e vicissitudes. Afirma-se mesmo que o alambamento tem uma força e um poder que transcendem os homens!

PARTE – III

O mahar, ou alambamento, não é, por outro lado, o instituto jurídicomatrimonial da *coemptio* (8) que vigorou entre os romanos na antiguidade.

Na *coemptio*, o noivo comprava a noiva aos pais, e toda a gente, incluindo a própria noiva, tinham a consciência dessa compra. E é por isso que, após o negócio jurídico-matrimonial da sua compra, a noiva, olhando bem para a cara do noivo, lhe tinha que proferir em voz alta estas palavras rituais: «***Ubi tu Gaius, ibi ego Gaia***» (*Onde estiveres tu Gaio, estarei eu Gaia*) (9).

No mahar dos hebreus, ou no alambamento dos africanos, não existe esta ideia da compra da mulher! A ideia que o mahar (alambamento) contém é de uma prenda, um **reconhecimento e gratidão**, ou, e bem melhor, um **prémio à noiva** e seus pais, pelo seu bom comportamento e virtudes familiares. Não há, pois, nenhuma ideia mercantilista da compra da noiva.

Os europeus, principalmente, influenciados pelo instituto jusmatrimonial da *coemptio* romana, pensam que, no alambamento, a mulher africana também é comprada pelo seu marido, mas nada mais errado do que isso!

Veja-se que uma rapariga africana, por quem se não pague o alambamento considera-se infeliz e desprezada. Não se considera estimada na sociedade em que vive. Se se lhe dá o alambamento aos pais, passa a considerar-se notável, e fica, por isso, muito feliz. Acha-se como que uma pérola na sociedade em que vive e, por isso, alguém se sacrifica para a ter sempre a seu lado, pois a oferta de algo de valor que se dê por alguém significa sempre algum sacrifício que se faz por esse alguém.

Na idiosincrasia africana, as **famílias virtuosas** (isto é as famílias que têm filhas procuradas para casamento), numa dada sociedade, são as pérolas dessa sociedade. Por isso merecem uma prenda, um prémio! E o alambamento é essa prenda, é esse prémio! Como todas as famílias hão de querer ganhar esse prémio, o alambamento é visto pelos africanos como um estímulo às virtudes no seio das famílias africanas (10). **Abolir o alambamento é abrir caminho aos vícios e à imoralidade** no seio dessas famílias, pois já não haveria um incentivo para as donzelas levarem uma vida virtuosa e exemplar! - explicam os *olongandji* (11).

Em consequência, certos estudiosos africanos da natureza jurídica do alambamento sustentam que, como quem mais tem a ganhar com o facto de haver famílias virtuosas numa dada sociedade é o Estado que as representa, então o pagamento do alambamento deveria ser um encargo, um dever do Estado (dos Estados africanos!) ao invés de ser um ónus do noivo, pois que este é apenas um segundo beneficiário daquelas virtudes familiares depois do Estado.

5 _ Cf. Êxodo, 22, 15-16; Deuterónimo, 22, 28-29; Génesis, 34, 12.

6 _ Cf. MBAMBI, MOISÉS, O casamento ao longo dos tempos, (Tese de Mestrado em Ciências Histórico-Jurídicas, na Universidade de Lisboa), pp. 71-82; Cf. UCANDI, ALBERTO, a Herança nas famílias Umbundu e nhyaneca humbi: uma abordagem, 1ª edição, Lubango, 2007, p.25.

7 _ Cf. Êxodo, 22, 15-16.

Questiona-se também que isso implicaria que os Estados africanos cobrassem aos cidadãos um imposto sobre os seus rendimentos para terem o orçamento necessário para pagar os alambamentos. A vantagem disso seria evitar que se pense que os africanos vendem as filhas aos noivos, como dizem os europeus. Mas a concretização desta brilhante ideia não parece viável e exequível nas nossas sociedades porque suscitaria dificuldades enormes!

PARTE – IV

Por isso, os futuros noivos africanos deverão consciencializar-se de que pagarão ainda o alambamento por tempo indeterminado. Aliás também sabemos que a maior alegria de um nubente africano é pagar o alambamento pela sua amada! Pagar o alambamento longe de gerar mágoa, gera alegria em ambas as partes: a que paga e a que recebe! E, assim, os Estados africanos podem estar descansados, pois não arcarão tão cedo com mais um dever a cumular aos já vários deveres que titulam!

Repare-se também que é consequência do pagamento do alambamento o desencadeamento do processo de casamento. As questões que se têm de realizar para que haja casamento não se põem em pé sem que se pague o alambamento! Deste modo, o alambamento é visto pelos jurisconsultos dos Direitos Africanos Consuetudinários (os *olongandji*, por exemplo, entre os *ovimbundu*) como a condição suspensiva do processo de casamento.

EM RESUMO:

o **pagamento do alambamento**, como prémio à noiva e seus pais, assume-se como um dever da sociedade, dever que se metamorfoseia em ónus do noivo (na impossibilidade actual de a sociedade representada pelo Estado pagá-lo, por não estar suficientemente organizada para isso). E, por último, como vimos, o alambamento é, ainda, a condição suspensiva do processo de casamento nos termos supraditos (12).

Vejam, pois, quão grande importância não terá o instituto jusconsuetudinário do alambamento! Entendemos, por isso, que os sistemas jurídicos africanos não devem descurá-lo! Devem **intervir e combater sorrateiras tendências mercantilistas** que, por vezes, o inquinam, da parte de certos pais de noivas, oportunistas, **que se servem do alambamento para «enriquecer»**.

O **alambamento é, para os africanos, um prémio à noiva e a seus pais**, e, como supradito, é, acima de tudo, **um estímulo às virtudes no seio das famílias africanas(13)!**

8 _ GIRARD, PAUL FRÉDERIC, Manuel élémentaire du droit romain, 8me édition, Paris, p.162.

9 _ GAIUS, 1, 123 ; cf. GIRARD, op.cit..

10 _ MBAMBI, MOISÉS, op. cit..

11 _ Jurisconsultos, entre os ovimbundu.

12 _ MBAMBI, MOISÉS, op. cit..

13 _ IDEM, ibidem.

V - FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- 1 _ Deuteronomio, 22, 28-29.
- 2 _ Êxodo, 22, 15-16.
- 3 _ GAIUS, 1, 123.
- 4 _ Génesis, 34,12.
- 5 _ GIRARD, PAUL FRÉDERIC, Manuel élémentaire du droit romain, 8me édition, Paris, p. 165.
- 6 _ Manual das Administrações dos Concelhos e Circunscrições da Colónia de Angola, Luanda, Imprensa Nacional, 1951, pp. 1349-1350.
- 7 _ MBAMBI, MOISÉS, O casamento ao longo dos tempos (Tese de Mestrado na Universidade de Lisboa), pp. 70-81.
- 8 _ Portaria nº 6:546, de 22/12/1948, do Governo-Geral da Colónia de Angola.
- 9 _ UCANDI, ALBERTO, A herança nas famílias umbundu e nyaneca humbi: uma abordagem, 1ª edição, 2007, Lubango, Angola.
- 10 _ VALENTE FRANCISCO (Padre), A problemática do matrimónio tribal, ...Lisboa,1985.

N.B.:

- 1) Os acréscimos ao documento em referência, tais como: o sublinhado (negrito e tracejado), o itálico, a separação em partes, a forma de texto corrido saindo dos parágrafos originais; bem como outros acréscimos, não vinculam o Autor primário do texto.
- 2) É nossa pretensão fazer chegar aos nossos mais próximos as demais informações relacionáveis, que não são do conhecimento da maioria dos jovens do “Projecto FANICOL”.-

ADAPTADO E ADOPTADO PELO “PROJECTO FANICOL”, AOS 22 DE NOVEMBRO DE 2010.-